



Reduções de salários e pensões à espera do Constitucional

● **PSD e CDS-PP** aprovaram reintrodução de cortes na Função Pública e contribuição de sustentabilidade

● **Oposição** alerta para nova contribuição sobre rendimento dos pensionistas passar a ser definitiva

Ana Gaspar
agasp@jn.pt

Votos do PSD e CDS-PP aprovaram a reintrodução dos cortes nos salários da Função Pública e a nova contribuição de sustentabilidade. Cavaco Silva deverá enviar diplomas para o Tribunal Constitucional.

O Governo viu ontem aprovada na Assembleia da República (AR), só com os votos a favor dos partidos da maioria (PSD e CDS-PP), a reintrodução dos cortes de 3,5% a 10% nos salários do setor público superiores a 1500 euros. Cabe agora ao presidente Cavaco Silva decidir se envia a medida para o Tribunal Constitucional (TC), para fiscalização preventiva, acedendo ao pedido do Executivo de Passos Coelho.

Antes da votação, PCP e BE apresentaram requerimentos para fazer cair a medida, mas foram rejeitados. O comunista Jorge Machado considerou a lei uma "afronta à Constituição" e às deliberações anteriores do TC. E criticou o Executivo por "continuar o caminho do empobrecimento" do país.

Mariana Aiveca, do BE, acusou o Governo de "roubar os salários", o que levou o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, e pedir para recorrer à figura regimental do ponto de situação, "repudiando a linguagem" usada pela deputada.

"Latidade extravagante"

A resposta criou um incidente que marcou a sessão, entre o deputado Sérgio Sousa Pinto e a presidente da AR, Assunção Esteves. O socialista considerou que Luís Montenegro fez uma "instrumenta-



FLUPE ANDRINI / GLOBAL IMAGES

TC chumbará cortes, diz a CGTP

Os novos cortes salariais serão declarados inconstitucionais, acredita o secretário-geral da CGTP, que prometeu continuar a luta em período de férias. Ontem, a central sindical juntou cerca de um milhão de dirigentes frente ao Parlamento. "Vamos continuar a exigir a rejeição e não promulgação destas propostas de lei que o Governo vai aprovar na Assembleia da República e que visam um novo corte dos salários e das pensões", salientou Arménio Carlos, citado pela Lusa.

ção" da figura regimental e apelou ao rigor por parte da mesa. Assunção Esteves respondeu que "a instrumentalização das figuras 'ponto de ordem' é uma prática lamentavelmente generalizada no Parlamento". Já depois da presidente lhe ter retirado a palavra, Sousa Pinto pediu para, em próximas situações, beneficiar de pontos de ordem com a mesma "latidade extravagante que consentiu".

Na última sessão parlamentar antes das férias foram também aprovadas a contribuição de sustentabilidade, que substitui a contribuição extraordinária de solidariedade, paga pelos pensionistas, o agravamento das contribuições para a Segurança Social em 0,2% (para 11,2%) e o aumento da taxa máxima do IVA para 23,25%.

Tal como os cortes salariais, a contribuição de solidariedade-

de também foi de alvo de requerimentos do Bloco e do PCP, por entenderem que a alteração torna definitiva uma contribuição excepcional.

Faixa de Gaza

A maioria chumbou dois votos de condenação pela ação militar de Israel na Faixa de Gaza, um apresentado pelo PS e Bloco de Esquerda, outro pelo PCP. A bancada socialista acabou por dividir-se nas votações. Oito dos deputados do PS apoiaram a tese da bancada do PCP e, mesmo na proposta que o PS assinou em conjunto com o BE, houve socialistas que se abstiveram. ●

ASSUNÇÃO ESTEVES DIZ QUE DEPUTADOS ABUSAM DAS FIGURAS REGIMENTAIS

Corte nas subvenções passa com votos contra do PS

A MAIORIA PSD/CDS-PP aprovou ontem a proposta de redação do diploma que visa fixar que os cortes nas subvenções e nos limites de despesas das campanhas eleitorais são cumulativos. O PS votou contra e anunciou que seguirá com o assunto para o Supremo Tribunal Administrativo e para o Tribunal Constitucional. O PCP, o BE e o PEV optaram pela abstenção.

O PS voltou a ficar isolado na defesa da interpretação que faz dos cortes aprovados em 2010 e de 2013, afirmando que não são cumulativos. O deputado socialista José

Magalhães, classificou mesmo que "a lei é anticonstitucional" chegando mesmo a compará-la "a uma coisa género verruga". "Acabem com esta farsa em que de um lado estão os diabos e do outro os anjinhos. Este diploma é uma trapalhada contra o PS", afirmou José Magalhães na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Recorde-se que os socialistas consideram que os cortes não são cumulativos e por essa razão reclamam uma verba adicional de 3,6 milhões de euros relativa às contas das últimas autárquicas.

O diploma que ontem foi aprovado no Parlamento ressalva "que os efeitos retroativos não terão consequências sancionatórias ou penais".

Segundo a proposta, fica estabelecido que o montante da subvenção pública para as campanhas eleitorais "é reduzido em 20% até 31 de dezembro de 2016" e que "os limites das despesas de campanha" são reduzidos em 20% até 31 de dezembro de 2016.

Na prática, a redução das verbas públicas concedidas aos partidos para cobrir os gastos com a campanha das autárquicas sofre uma redução de 36 por cento. AV.